

# Os paradoxos e os desafios da ‘história do tempo presente’

HOBBSAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 183p.

DIOGO DA SILVA ROIZ

Doutorando em História (Universidade Federal do Paraná)  
Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai  
Amambai, Brasil  
diogosr@uems.br

[...] escolhi focalizar cinco conjuntos de questões que hoje requerem um pensamento claro e bem informado: a questão genérica da guerra e da paz no século XXI, o passado e o futuro dos impérios globais, a natureza e o contexto cambiante do nacionalismo, o futuro da democracia liberal e a questão da violência política e do terror. (2007, p. 10)

ASSIM, ERIC HOBBSAWM SINTETIZA seu objetivo principal neste livro, ao propor analisar o impacto da ‘globalização’ sobre a economia internacional, os Estados e as sociedades, e ao rever os destinos da ‘democracia’ liberal, em sua versão norte-americana, de um projeto alternativo de combate ao ‘terrorismo’ e aos sistemas políticos ‘opressores’ – segundo a visão norte-americana. Autor de uma vasta obra, Hobsbawm dispensa apresentações. Desde já, não há como deixar de notar que seu novo livro não se iguala a sua obra anterior, o que não reduz, entretanto, a sua importância, para que sejam mais bem equacionadas algumas questões fundamentais deste início de século XXI. E o autor não deixa de lado o esclarecimento sobre a dificuldade de tratar da ‘história do tempo presente’, que também é uma questão para o historiador (ainda mais para o historiador marxista). Para ele, “desde a década de 1960, o avanço acelerado da globalização – ou seja, o mundo visto como um conjunto único de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais – provocou um profundo impacto político e cultural, sobretudo na sua forma atualmente dominante de um mercado global livre e sem controles” (p. 10), tal como pode ser visto no segundo semestre de 2008, cujo impacto mundial o autor anteviu no texto que foi lançado um ano antes, ao analisar as crises econômicas do final dos anos 90. E o autor é muito direto ao criticar questões como essas:

Não obstante, deve estar claro, e os leitores precisam ter atenção para isso, que meus ensaios foram escritos por um autor que tem críticas profundas a esse projeto. Isso se deve em parte à força e à indestrutibilidade das minhas convicções políticas, que incluem a hostilidade ao imperialismo, seja o das grandes potências que afirmam estar fazendo um favor às suas vítimas aos conquistá-las, seja o do homem branco que pressupõe, para si próprio e para os arranjos que faz, uma superioridade automática sobre as pessoas cuja pele tem outra cor. (p. 14)

A “história tem muito poucos atalhos” – esta foi a “lição que o autor aprendeu, em boa medida, por ter vivido durante grande parte do último século e pensado a respeito” (p. 19), mesmo porque o “século

XX foi o mais mortífero de toda a história documentada” (p. 21). Durante esse período, observa que a globalização avançou em quase todos os aspectos, menos em um: “do ponto de vista político e militar, os Estados territoriais continuam a ser as únicas autoridades efetivas” (p. 28), daí uma das maiores contradições de todo o processo em curso. Para ele:

Existe [...] uma diferença marcante entre o século XXI e o XX: a ideia de que a guerra acontece em um mundo dividido em áreas territoriais que estão sob a autoridade de governos efetivos que detêm o monopólio dos meios de coerção e o poder público deixou de ter aplicação. Ela nunca foi aplicável a países em estado de revolução nem os fragmentos de impérios desintegrados, mas até recentemente, em sua maior parte, os novos regimes revolucionários ou pós-coloniais – com a exceção principal da China entre 1911 e 1949 – estabeleceram-se de maneira bastante rápida como países e regimes sucessores mais ou menos organizados e funcionais. (p. 30)

Outro ponto importante neste mesmo processo histórico mundial, segundo ele, é que, provavelmente, “pela primeira vez na sua história, os Estados Unidos se veem praticamente isolados no cenário internacional e impopulares junto à maior parte dos governos e dos povos” (p. 51) – cuja eleição de Barack Obama nos EUA, em 2008, foi ao mesmo tempo resultado dessa fragilidade já apontada pelo autor, no momento em que seu texto foi publicado, e sobre uma outra questão já antiga, a do racismo norte-americano. Nesse aspecto, dar “aos Estados Unidos a melhor chance de voltar da megalomania para uma política externa racional é a tarefa mais imediata e urgente da política internacional” (p. 53). Como o autor aponta, a diferença entre o imperialismo norte-americano e o inglês está em que a “identidade nacional dos Estados Unidos não pôde ser construída a partir de um passado comum com os colonizadores, mesmo antes da imigração maciça dos não anglo-saxões”, mas sim “teve de ser construída principalmente com base na sua ideologia revolucionária e nas novas instituições republicanas” (p. 68). Além disso, sua economia não conseguiu ter uma vinculação “orgânica com a economia mundial”, embora fosse a maior economia industrial do planeta no século passado. Mas um ponto em comum entre eles esteve em não conseguirem assegurar a paz entre as nações, ainda que esse item fizesse parte da propaganda política de ambos – Inglaterra e EUA.

Por razões lógicas, os impérios anteriores sabiam que não eram os únicos. A novidade do imperialismo americano está justamente em desperceber a existência de outros e almejar a dominação global. Se, durante um tempo, “o império americano reconhecia a existência de limitações, ou pelo menos a conveniência de comportar-se como se tivesse limitações”, era

por causa do “fato de que tinha medo de alguém mais – a União Soviética”, mas, na ausência “desse tipo de medo, é preciso que o interesse próprio esclarecido e a cultura tomem seu lugar” (p. 163), até para dar um maior equilíbrio aos jogos políticos e de poder no mundo.

Para ele, um “dos maiores trunfos do imperialismo ocidental, formal ou informal, era o de que, na sua primeira aceção, a ‘ocidentalização’ era a única forma pela qual as economias atrasadas podiam modernizar-se e os países fracos podiam fortalecer-se” (p. 83). Nesse sentido, a “era dos impérios está morta” (p. 85).

Não obstante a importância do imperialismo para a compreensão dos principais fenômenos do século XX, os quais, no século XXI, ainda mantêm alguns de seus resquícios, há que se perceber as transformações do discurso e da prática da democracia. Em suas palavras:

É e sempre foi muito fácil criticar a retórica de campanha da democracia liberal como maneira de governar. No entanto, uma coisa é inegável: ‘o povo’ (qualquer que seja o grupo humano definido como tal) é hoje a base e o ponto comum de referência de todos os governos nacionais, exceto os teocráticos. E isso não só é inevitável como está certo, pois, se o governo tem algum propósito, este tem de ser o de falar em nome de todos os cidadãos e zelar pelo bem-estar deles. Na era do homem comum, todos os governos são do povo e para o povo, embora seja evidente que, do ponto de vista operacional, eles não podem ser governos feitos pelo povo. Esse era um terreno comum a democratas liberais, comunistas, fascistas e nacionalistas de todos os tipos, ainda que suas ideias diferissem quanto à maneira de formular, expressar e influenciar a ‘vontade do povo’. É a herança comum que o século XX, o século das guerras totais e das economias coordenadas, deixou para o século XXI. (p. 102)

Em virtude do processo de globalização, houve um inevitável enfraquecimento dos ‘Estados nacionais’, maior agora do que em momentos anteriores. Tal enfraquecimento, causado pelos processos em curso, levou ao questionamento de seus fundamentos, que estavam alicerçados nos pressupostos de que “eles têm mais poder do que qualquer outra unidade que opere em seus territórios”, “que os habitantes dos seus territórios aceitam mais ou menos de bom grado sua autoridade” e “que eles podem proporcionar aos habitantes serviços que de outra maneira não poderiam ser prestados com efetividade, como é o caso da manutenção da lei e da ordem” (p. 104). Isso porque os Estados nacionais, para o autor, não conseguem mais assegurar sua autoridade e eficiência, em função das interconexões entre as economias nacionais, numa única rede mundial de mercado, que fragilizou qualquer tipo de autonomia entre os territórios.

Vive-se hoje uma era mais violenta, “inclusive nas imagens”, certamente porque há maior propensão entre os cidadãos de um Estado de não respeitarem suas leis, mas também em função de a globalização, na sua vasta “ampliação da mobilidade das pessoas, e a eliminação em grande escala dos controles fronteiriços na Europa e em outras partes do mundo torna[re]m cada vez mais difícil para os governos controlar o que entra e sai dos seus territórios e o que ocorre neles” (p. 144). Por isso mesmo, a atual fase de terrorismo ainda é mais séria do que nos momentos anteriores.

Na prática, o perigo real do terrorismo não está no risco causado por alguns punhados de fanáticos anônimos, e sim no medo irracional que suas atividades provocam e que hoje é encorajado tanto pela imprensa quanto por governos insensatos. Esse é um dos maio-

res perigos do nosso tempo, certamente maior do que o dos pequenos grupos terroristas. (p. 151)

Portanto, ao longo de dez pequenos capítulos, o autor procurou esclarecer as principais transformações de nosso tempo, sintetizadas nos problemas e desafios da globalização, da democracia e do terrorismo. Lúcido, sucinto e elegante, o texto do autor permite que o leitor tenha maior consciência da história de seu tempo, um ‘tempo presente’ que desconhece tanto as possibilidades de utilizar os ‘exemplos do passado’ quanto a importância de perceber ‘uma história em movimento, voltada para o futuro’, visto que os acontecimentos do século passado geraram os piores conflitos vividos pela humanidade. Nesse sentido, ter maior consciência da ‘história do tempo presente’ pode ser a oportunidade de reconhecermos a ‘importância do passado’ e a necessidade de ter ‘expectativas para o futuro’.

Data de recebimento: 12-09-2009

Data de aprovação: 24-09-2009

